

# ALIANÇA EM PAULO E HEBREUS

## Continuidade e ruptura

Elenira Cunha

### Introdução

Em Paulo e Hebreus, salvo Gl 3,15 e Hb 9,16s<sup>1</sup>, o conceito de aliança segue o termo introduzido pela LXX [*diathēke*] para traduzir o sentido de *B<sup>e</sup>rît* do Primeiro Testamento. Contudo, não no seu sentido amplo empregado para significar pactos e acordos de diversas índoles, mas quase que exclusivamente para exprimir o sentido teológico da aliança unilateral realizada por Deus com Israel<sup>2</sup>.

Contudo, o emprego no Segundo Testamento, que é raro, apenas 33 passagens em comparação às quase 300 do Primeiro<sup>3</sup>, é diferente, pois não diz respeito a pactos realizados, mas trata-se mais propriamente de menções ou reflexões da aliança em referência ao Primeiro Testamento pela qual se pretende convencer determinados ouvintes de que o pacto estabelecido por Javé foi superado ou não pelo evento Jesus Cristo.

Neste sentido, pode-se dizer que são três os casos em que o Segundo Testamento trata o tema da aliança, sendo que todos eles estão em continuidade ou em ruptura com a *B<sup>e</sup>rît* de Javé: a Ceia do Senhor, a rejeição de Jesus por parte dos judeus e a superação da antiga aliança na Carta aos Hebreus.

Nos relatos da Última Ceia, que são característicos dos evangelhos sinóticos (Mc 14,22-24; Mt 26,26-28; Lc 22,19-20) e da Primeira Carta aos Coríntios (11,24-25), há uma recorrência à aliança para fundamentar a instituição da Ceia do Senhor. Assim, através de formas litúrgicas se mantém a tradição oral da comunidade acerca da origem desta prática cristã e se elabora teologicamente o sentido mais profundo do pão partido por Jesus e do cálice por ele oferecido<sup>4</sup>.

No segundo caso, por meio de argumentações bíblicas, Paulo procura convencer seus ouvintes de que a aliança uma vez instituída por Javé não perde sua validade, mas se consuma em vista do agir de Deus, do mistério de sua vontade e de sua graça, fato que justifica em parte a rejeição de Jesus pelos judeus e sua conseqüente oposição ao Evangelho.

1. Cf. HEGERMANN, H. “*diathēke*” [*pacto (alianza), testamento*]. In: BALZ, H. – SCHNEIDER, G. (Eds). *Diccionario Exegético Del Nuevo Testamento*. v. I. Salamanca: Sígueme, 1986, c. 902.

2. Cf. GUHRT, J. *Aliança*. In: COENEN, L. – BEYREUTHER, E. – BIETENHARD, H. *Diccionario Teológico Del Nuevo Testamento*. v. I. Salamanca: Sígueme, 1990, p. 84-85.

3. Cf. GUHRT, J. *Aliança*, p. 86.

4. BERGER, K. *As formas literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 298.

Na Carta aos Hebreus, cujo tema dominante é o sumo sacerdócio de Cristo, a nova aliança é apresentada em contraste com a antiga, contudo, mantendo o caráter sacrificial do Primeiro Testamento, cuja ratificação da aliança se dava pelos rituais de oferta, morte e aspersão de sangue. Hebreus apresenta esta aliança como “melhor” porque não mais fundada no sangue de animais ou na fragilidade de atos humanos, mas em Jesus Cristo que se tornou vítima, altar e sacerdote consumando em si todas as partes da nova aliança.

### **O conceito em Paulo e Hebreus**

Das 33 vezes que o termo aliança aparece no Segundo Testamento, 9 estão na literatura paulina (Rm 9,4; 11,27; 1Cor 11,25; 2Cor 3,4-6.14; Gl 3,15.17; 4,24; Ef 2,12) e 17 em Hebreus. Contudo, nos limitaremos a tratar e, quando for o caso, a comparar com Hebreus apenas as cartas autênticas por considerar que para estender o assunto até Efésios seria ampliar demais o campo de abordagem por se tratar de um universo diferente da literatura paulina primitiva e de Hebreus.

Ao discutir prioritariamente este tema em Paulo e as formas empregadas em suas cartas, pode-se constatar que o conceito aparece em apenas 4 escritos desta literatura: Romanos, Primeira Coríntios, Segunda Coríntios e Gálatas.

Em se tratando de Primeira e Segunda Coríntios é fácil uma aproximação com Hebreus. Contudo, Romanos e Gálatas, que estão próximas entre si, se distanciam enormemente do pensamento de Hebreus.

Quando Paulo se remete à aliança, seja em Romanos ou em Gálatas, ele está tratando da questão de Israel e da sua rejeição a Jesus Cristo. E tanto em Romanos quanto em Gálatas, Paulo trata do conceito no plural (Rm 9,4), chegando a se pronunciar sobre duas alianças em Gálatas. Contudo, não está tratando do conceito em termos de antiga/nova aliança, ou mesmo dizendo respeito à primeira/nova aliança na linguagem de Hebreus, mas de duas alianças perpetradas com os israelitas (Rm 9,4).

### **Aliança em Hebreus**

É a partir do capítulo 7 que a Carta aos Hebreus faz uso do termo aliança para apresentar o sacerdócio de Cristo como continuador do sacerdócio de Melquisedec, afirmando haver nele uma perfeição maior que a do sacerdócio levítico. Segundo Hebreus, a prescrição anterior foi abolida porque era fraca e sem proveito (7,18), enquanto o sacerdócio de Cristo se distingue dos demais para os quais não houve juramento (7,20), pois para ele houve o juramento daquele que disse a seu respeito: “O Senhor jurou e não se arrependerá: Tu és sacerdote para sempre...” (Sl 110,4), deixando aqui implícita a idéia de que juramento supõe aliança. E daí a conclusão: “Neste sentido é que Jesus se tornou a garantia de uma aliança melhor” (7,22). Ele possui um sacerdócio imutável porque permanece para a eternidade (7,24), visto que vive para sempre (7,25).

A tese de Hebreus se utiliza de Melquisedec, introduzido em 5,6, e de outros textos (Sl 2,7; 110,4; Lv 16,2; Gn 14,17-20 [especialmente 18]; Gn 49,10) para afiançar o

sacerdócio de Jesus, justificando esta relação pela ausência de vínculos anteriores com o sacerdócio dos levitas seja de Melquisedec, seja da tribo de Judá da qual provém Jesus. Ou seja, Melquisedec é anterior aos levitas e, por isso, é mais antigo o seu sacerdócio e, por conseguinte, mais antigo o sacerdócio de Cristo.

Portanto, o capítulo 7 trata de uma aliança em favor do sacerdócio de Cristo!

Em seguida, no capítulo 8, o autor afirma ser o tema mais importante da exposição o fato de ser Cristo um sacerdote que se assentou à direita do trono da Majestade nos céus, num ministério superior por ser “mediador de uma aliança bem melhor, cuja constituição se baseia em melhores promessas” (8,6) e assevera, assim, que a primeira aliança por não ter sido perfeita foi substituída por uma segunda (8,7) ou nova que “tornou velha a primeira” (8,13).

É através da recorrência a Jr 31,31-34, que neste capítulo Jesus aparece como mediador de uma nova aliança entre Deus e o povo (8,8-10).

Em seguida, a Carta aos Hebreus prova a validade da nova aliança (9,15) com uma analogia entre o rito do pacto anterior (9,1-10) e o que acontece em Jesus Cristo (9,11-28), e a forma pela qual a nova aliança supera a primeira (9,1). E é assim que o tema continua a ser explorado em Hebreus até concluir que pelo sangue da aliança Jesus se tornou o mediador de uma nova aliança, aliança eterna (10,16.29; 12,24; 13,20).

### **Paulo e Hebreus: Primeira e Segunda Coríntios**

Considerando que a Carta aos Hebreus é posterior aos escritos paulinos em no mínimo 20 anos<sup>5</sup>, tudo indica que Hebreus desenvolve o conceito paulino de “nova aliança no sangue” (1Cor 11,25). Por duas vezes, Paulo se refere a uma “nova aliança” (1Cor 11,25; 2Cor 3,6), o que aproxima dele o conceito de aliança de Hebreus (8,8.13; 9,15; 12,24) e, de fato, 1Cor 11,25 está muito próxima do pensamento de Hebreus que entende ter sido a nova aliança inaugurada pelo sangue de Jesus (Hb 9,18; 10,29; 13,20). Entretanto, enquanto Hebreus se fixa na idéia de que Jesus é “mediador de uma aliança bem melhor” (8,6) através de sua morte (9,15) e da aspersão de seu sangue sobre o povo de Israel (8,10), Paulo atina para uma aliança “no espírito”, e aqui, à diferença de Hebreus que se apóia em Jeremias (31,31s), faz uma referência direta a Isaías 59,21: “Quanto a mim, esta é a minha aliança com eles, diz Javé, o meu espírito está sobre ti e as minhas palavras que pus na tua boca não se afastarão dela, nem da boca dos teus filhos, nem da boca dos filhos dos teus filhos, diz Javé, desde agora e para sempre”.

A “aliança no espírito” é uma aliança em oposição à letra e isto é evidente no contexto de 2Cor 3. Assim, não está em oposição à aliança no sangue de Hebreus e Primeira Coríntios, mas trata-se de um outro conceito, não oposto, mas possivelmente complementar, contudo diferente!

5. Segundo Kuss, a data mais provável estaria entre os anos 77 e 93. Cf. KUSS, O. – MICHL, J. *Carta a Los Hebreos. Cartas Católicas*. Barcelona: Herder, 1977, p. 35.

Paulo e Hebreus também estão próximos quando se referem à “antiga aliança” (2Cor 3,14), que Hebreus prefere chamar de “primeira aliança” (Hb 8,7; 9,1.15.18). Não obstante e estranhamente em contradição à aplicação dos termos, enquanto para Paulo a “antiga aliança” não está superada, para Hebreus, a primeira foi necessariamente substituída pela “nova” (Hb 8,7).

Contudo, há um detalhe que não pode passar despercebido no conjunto de 2Cor 3,14 (3,12-18) que é, segundo Paulo, o elemento que faz diferença na leitura da antiga aliança [*palaiás diathēkēs*]: tirar o véu de Moisés: “Sim; até hoje, todas as vezes que lêem Moisés, um véu está sobre seu coração. É somente pela conversão ao Senhor que o véu cai” (2Cor 3,15-16).

### **A aliança na Carta aos Romanos**

Em Romanos, o termo aparece apenas em duas passagens no contexto de Rm 9–11 (9,24; 11,27), no qual Paulo se lamenta por seus irmãos israelitas não reconhecerem Cristo, pois a eles pertencem “as alianças” (9,4).

Ao longo desses três capítulos, Paulo desenvolve sua tese sobre a rejeição de Jesus por parte dos judeus que culmina na conclusão de Rm 11,27: “e esta será minha aliança com eles, quando eu tirar seus pecados”, que é novamente uma recorrência ao profeta Isaías (Is 27,9). Ele se lamenta pelos israelitas não terem reconhecido Cristo porque a eles pertencem as alianças, mas logo em seguida justifica essa recusa afirmando que nem todos que descendem de Israel são Israel (9,6), o que significa que somente serão capazes de acolher a Cristo aqueles que de fato pertencem a ele. Esta é a primeira explicação de Paulo para justificar a rejeição de seus irmãos. E reafirma essa idéia através do exemplo de Esaú e Jacó (9,10-13).

Em seguida, ele tenta uma segunda explicação (Rm 9,14-33), apelando à misericórdia divina (9,15), à profecia de Oséias (9,25-26), à profecia de Isaías (9,27-29) e à “pedra de tropeço” (9,32-33) como figura de Cristo para fundamentar a idéia de que faz parte do plano divino tornar conhecido seu poder por meio da ira, para também tornar conhecida a riqueza de sua graça (Rm 9,22-24).

No capítulo 10, novamente usando a forma de autotestemunho como já fizera anteriormente (10,2; 9,1), Paulo se lamenta e tenta novas justificativas para defender os judeus da acusação que pesa sobre eles, de que “desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram a justiça de Deus” (10,3), porque, como insiste ele, a justiça se obtém pela fé em Jesus Cristo (10,10).

Em seguida, Paulo desvia o foco da incredulidade dos judeus para a ineficácia da obra de evangelização: “E como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador? E como podem pregar se não forem enviados” (10,14-15), mas no final termina por admitir que eles foram desobedientes ao evangelho e rebeldes à pregação (10,16-21).

No capítulo 11, Paulo segue desenvolvendo duas das teses enunciadas anteriormente sobre “o resto de Israel” (9,27-28) e sobre a “pedra de tropeço” (9,32-33), ape-

lando para a eleição da graça (11,5-6) que endurece por um tempo os judeus (11,25) para resultar na salvação dos gentios (11,11).

E com isso acaba por fazer a defesa final dos judeus diante dos pagãos atentando para a realidade nova que é o resultado de Deus ter enxertado os pagãos nos judeus no exemplo da oliveira silvestre e a oliveira mansa (11,16-24) e na conseqüente dependência e obrigação dos gentios para com os judeus.

Enfim, é neste contexto de defesa final dos judeus que Paulo apela para o mistério (11,25-27) e recorrendo ao profeta Isaías afirma que todo Israel será salvo (11,26-27). Trata-se do mistério da graça que endurece Israel por um tempo para a salvação dos gentios, mas depois resgata a todos fazendo aliança e tirando seus pecados de modo que os judeus permanecem eleitos e amados. Trata-se de uma aliança nova, uma aliança que tira toda a culpa de Israel porque foi estratégia divina “encerrar todos na desobediência para a todos fazer misericórdia” (11,32).

### **A aliança na Carta aos Gálatas**

Quando analisamos a Carta aos Romanos fica sempre aberta a questão de que Paulo se refere à aliança no plural: “aos quais pertencem a adoção filial, a glória, as alianças...” (Rm 9,4). E isso pode parecer irrelevante porque é natural que se subentenda aqui que se trate de todas as alianças do Primeiro Testamento. Contudo, é intrigante que também na Carta aos Gálatas Paulo volte a fazer uma referência semelhante quando propõe a alegoria de Sara e Agar ao dizer “elas com efeito são as duas alianças...” (Gl 4,24)!

No que tange à aliança são os capítulos 3 e 4 da Carta aos Gálatas que interessam e, segundo Klaus Berger, estamos diante de um texto típico de argumentação epidíctica, uma forma de argumentação com aspectos de legitimação e apologética que explica por que uma coisa em comparação com outra tem direitos mais sublimes e maior valor<sup>6</sup>. Vale saber também que neste texto específico aparece o modo próprio paulino de argumentar que em geral é determinado por antíteses<sup>7</sup>.

Na Carta aos Gálatas, Paulo se refere à aliança a fim de provar por meio da Escritura que foi pela adesão à fé que eles receberam o Espírito e não pela prática da lei (Gl 3,2.5). Segundo H.D. Betz, os capítulos em questão são a *Probatio*, a prova necessária em favor dos argumentos anteriormente apresentados em benefício da causa que ele pretende defender<sup>8</sup>.

Assim, Paulo argumenta que os que são pela fé são filhos de Abraão (3,6) e não os que são pelas obras da Lei, esses estão debaixo da maldição (3,10). Aqui também como em Romanos há uma oposição em relação às obras da Lei (Rm 7,1s). E através de várias referências às Escrituras vai provando a validade de sua argumentação (Hab

6. Cf. BERGER, K. *As formas literárias do Novo Testamento*, p. 96.

7. *Idem*, p. 98.

8. *Idem*, p. 103.

2,4; Gn 15,6; Lv 18,5; Dt 21,23), entrando, deste modo, no ponto definitivo para declarar que antes da lei veio a fé e para afirmar que a fé tem precedência à lei (3,15-18).

Paulo começa afirmando que ninguém pode invalidar um testamento [*diathēkē*] humano (3,15). E esta é a única passagem que Paulo usa a categoria grega de aliança, ou seja, dispor por testamento [papiros de direito privado] uma decisão irrevogável que nada pode anular, sendo que o pressuposto para sua validade é a morte do testador<sup>9</sup>.

Assim, Paulo argumenta de maneira condizente a essa compreensão ao afirmar que as promessas foram asseguradas a Abraão e à sua descendência que é Cristo (3,16).

Ao afirmar que as promessas foram asseguradas a Abraão, Paulo segue a cronologia judaica sobre o intervalo de tempo, que foi de 430 anos (Ex 12,40), entre a aliança com Abraão e a saída do povo do Egito quando ocorre a aliança do Sinai (Ex 19,1-25) pela mediação de Moisés.

Assim, fazendo uso do conceito grego de aliança, Paulo se pronuncia sobre um testamento [*diathēkē*/aliança] anterior ao pacto mosaico que tendo sido realizado 430 anos antes deste o invalida (Gl 3,17).

Deste modo, o que vale é o testamento feito a Abraão e não a lei dada depois da promessa por causa das transgressões (3,19). E, assim, Paulo afirma que a fé é anterior à lei e que esta teve sua validade como pedagogo que conduziu até a justificação pela fé daqueles que por serem de Cristo se tornaram descendentes de Abraão (3,19-29).

No capítulo 4, Paulo retoma a argumentação em base ao testamento humano para justificar o motivo pelo qual os gentios não receberam antes a sua herança: porque eram menores de idade e estavam sob a tutela “dos elementos do mundo” (4,1-3), fazendo uma alusão direta ao período do paganismo, “até a data estabelecida pelo pai” (4,2) da “adoção filial” (4,5).

Assim, Paulo demonstra como se deu o processo de passagem da condição de escravo a filho e da sujeição à lei à confirmação no Espírito como herdeiros.

Neste ponto, Paulo faz uma digressão e antes de concluir com a alegoria das duas alianças, apela ao bom senso dos gálatas diante da iminência de perdê-los para seus inimigos (4,8-20).

Enfim, por meio de uma alegoria elaborada tendo como imagem o texto bíblico de Gn 16,21, ao que Gálatas 4,22 se refere, e dando um novo conteúdo simbólico para expressões que já eram simbólicas<sup>10</sup>, Paulo compara a aliança do Sinai à aliança feita com Abraão. Estas são as duas alianças que agora correspondem às duas Jerusalém: a do tempo presente e a do alto (4,22-26).

9. Este conceito é testemunhado por Demócrito e Aristófanes e se distingue de contrato [*synthēkē*], que supõe uma ação comum entre duas partes com obrigações recíprocas. Cf. GUHRT, J. *Aliança*, p. 84.

10. BERGER, K. *As formas literárias do Novo Testamento*, p. 60.

Deste modo, ao se referir a duas alianças Paulo entende tratar da aliança feita segundo a carne com o filho da escrava e a aliança, em virtude da promessa, com a livre. Uma, Paulo afirma ter sido feita no Monte Sinai, mas a outra deixa subentendido pertencer a Jerusalém. Em seguida, com uma virada estratégica belíssima, Paulo nos remete aos versículos anteriores onde assegurava que a aliança do Sinai não invalidou a promessa anterior feita a Abraão (Gl 3,15-18), e assim, comparando a “Jerusalém de agora” e a sua decorrente sujeição à Lei com a aliança do Sinai, conclui “mas a Jerusalém do alto é livre e esta é a nossa mãe” (4,26), deixando claro que aqueles que pertencem ao descendente de Abraão, Cristo (3,16), são filhos da promessa realizada 430 anos antes da lei mosaica.

## **Conclusão**

Paulo aborda o tema da aliança em quatro circunstâncias particulares: em 1Cor 11,24-25 no contexto de uma censura à comunidade por estar desvirtuando o sentido da Ceia do Senhor (1Cor 11,21). E é assim que ele afirma ter recebido do Senhor o que transmitiu no tocante às palavras do cálice: “Este cálice é a nova Aliança em meu sangue...” (1Cor 11,25). Em 2Cor 3,6.14, o tema novamente aparece quando Paulo se refere ao ministério apostólico, dizendo: “Foi ele quem nos tornou aptos para sermos ministros de uma Aliança nova, não da letra, e sim do Espírito...” O tema novamente aparece na Carta aos Romanos (9,4; 11,27) para demonstrar que a aliança com Israel não foi revogada em Cristo e, finalmente, na Carta aos Gálatas (3,15.17; 4,24) para argumentar em favor dos cristãos como descendentes legítimos de Abraão e, por conseguinte, como herdeiros da aliança.

A Carta aos Hebreus tem uma visão diferente de Paulo porque crê superada a Antiga Aliança (8,13) e faz de Jesus o mediador da Nova Aliança (9,15) mediante o seu sacerdócio (7,21). Contudo, trabalha com o conceito paulino de nova aliança no sangue que está presente em 1Cor 11,25.

Deve-se, assim, ter em consideração que tanto em Paulo quanto em Hebreus, mais importante do que o conceito de aliança é a teologia que o envolve e o contexto no qual ele é tratado. Como vimos acima, para Paulo e Hebreus o significado de aliança é o mesmo do Primeiro Testamento e apenas em dois casos ambos seguem o sentido comum do grego profano. Contudo, é a leitura desta aliança através do evento Jesus Cristo (2Cor 3,15-16), que vai determinar uma Teologia da Aliança em continuidade ou em ruptura seja do Segundo Testamento em relação ao Primeiro, seja entre Hebreus e Paulo.

*Elenira Cunha*  
Rua Marechal Deodoro, 1623 – Apto. 18, Bl. 1.  
85802-210 Cascavel – PR  
eleniracunha@famipar.edu.br

## **Bibliografía**

- BERGER, K. *As formas literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1998, 366 p. (Bíblica Loyola, 23)
- GUHRT, J. *Aliança*. In: COENEN, L. – BEYREUTHER, E. – BIETENHARD, H. *Diccionario Teológico Del Nuevo Testamento*. v. I. Salamanca: Sígueme, 1990, p. 84-88. (Biblioteca de Estudios Bíblicos, 26)
- HEGERMANN, H. “*diathēkē*” [*pacto (alianza), testamento*]. In: BALZ, H. – SCHNEIDER, G. (eds). *Diccionario Exegético Del Nuevo Testamento*. v. I. Salamanca: Sígueme, 1986, c. 901-910.
- KUSS, O. – MICHL, J. *Carta a Los Hebreos. Cartas Católicas*. Barcelona: Herder, 1977. 775 p. (Biblioteca Herder: Sección de Sagrada Escritura, 99).
- PITTA, Antonio. *Sinossi paolina*. Milano: San Paolo, 1994. 318 p.



